

ATA DA 57ª (CINQUENTÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 18 (dezoito) de dezembro de 2020. Em atendimento às recomendações contidas nos Decretos nº 64.862/2020 e 64.864/2020, que tratam de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19, a 57ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 09hs às 13:05 hs.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

3- Assuntos:

3.1 – Apresentação da nova Diretora Administrativa e Financeira (DF) – Sra. Gilsa Eva de Souza Costa.

A diretora Gilsa fez apresentação de seu currículo reforçando a experiência em gestão pública. Colocou-se à disposição do CAE no sentido de melhorar as informações que chegam ao Comitê com o máximo possível de precisão e consistência.

Feitas as apresentações e dadas as boas-vindas. Esclarecida a função do CAE, de auxílio ao Conselho de Administração, em especial no que tange a observância das diretrizes estabelecidas na Lei 13.303 para melhoria dos controles e qualidade da informação.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: O CAE ressaltou a necessidade de melhoria nos relatórios econômico-financeiros, o que demanda, entre outros aspectos, sistemas robustos e pessoal. O CAE colocou-se à disposição para discutir os temas relevantes dentre de sua alçada, sempre que necessário.

3.2 – Auditoria

3.2.1 – Auditoria independente

a) Apresentação da Auditoria Independente - Juliana Stark (CPTM) e Auditores da Russel Bedford – Wesley Fernandes Tuaf Garcia, Fernanda Carolina Inácio e Eliane Resmini

A Sra. Eliane Resmini (Russel Bedford) apresentou a equipe que está alocada para realizar o trabalho de auditoria independente na (sócio responsável, sócio revisor e duas diretoras). O CAE reforçou que é necessária a presença do sócio responsável nas reuniões do CAE e do CONSAD.

O CAE solicitou, ainda, no que concerne à equipe, maior detalhamento com descrição clara dos nomes, cargos e *expertises*.



A Auditoria Independente apresentou os trabalhos realizados no item de compras e licitações. Questionados pelo CAE sobre os critérios de amostragem, foi esclarecido que a seleção dos contratos foi realizada com base na materialidade, abrangendo os “10 (dez) maiores e mais relevantes, sendo os demais de forma randômica”. Considerada insuficiente a explicação, o CAE solicitou que seja esclarecida a base numérica (população) dos contratos que foram selecionados de maneira randômica, bem como, para que sejam esclarecidos os critérios de “maiores” e “mais relevantes”, discriminando os valores e outras características dos contratos selecionados.

A Auditoria Independente, a pedido do CAE, apresentou a realização dos trabalhos no que tange à tecnologia da informação, com testes de controles internos (política de segurança da informação, atendimento da LGPD, infraestrutura de segurança), documentação do sistema informatizado (descrição dos objetivos), informação (infraestrutura, sistema, integração de dados e dos processos executados no sistema) e monitoramento, indicando a necessidade de aperfeiçoamento. Foi informado que a previsão de conclusão dos trabalhos é para a próxima semana e que, todos os controles identificados como necessidade de melhoria serão novamente verificados para que seja emitido o relatório anual.

Pelo CAE foi indagado sobre a questão de mapeamento de Riscos Cibernéticos, sendo esclarecido pela Sra. Fernanda Inácio, da Auditoria Independente, apenas que foi verificado o conteúdo da política. Informa, no entanto, que a área de Tecnologia da Informação, não é a sua área de atuação. Solicitou o CAE que os devidos esclarecimentos sejam prestados pelo responsável.

A Auditoria Independente ainda detalhou a realização da análise do inventário físico dos estoques, não tendo encontrado inconformidade, mas sim a necessidade de melhoria nos controles. Pelo CAE foi alertada a necessidade de inclusão da metodologia utilizada no critério de amostragem. Questionou o CAE também se foi realizada a análise dos materiais inservíveis; a Auditoria Independente informou a realização das análises, bem como a realização de testes nas amostras selecionadas. Na mesma lógica aplicável aos demais itens, O CAE solicitou que fossem explicitados população e critérios de amostragem.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Foi reforçada pelo CAE a necessidade de explicitar a equipe e, as horas de trabalho. Em relação aos trabalhos realizados, solicita o detalhamento da trilha metodológica, de modo a evidenciar, entre outros aspectos, a população (totalidade), amostra selecionada, critérios de amostragem e limitações; o que deve ser feito para todos os itens avaliados. Por fim, solicita que seja apresentado o cronograma de entrega do resultado final para que se assegure que não tenha atrasos na auditoria das Demonstrações anuais e das ITRs.

b) Contratação e Avaliação da Auditoria Independente – Juliana Stark (auditoria interna – CPTM)

A Sra. Juliana atualizou o CAE sobre o andamento dos trabalhos internos para elaboração de Edital e contratação de Auditoria Independente para o exercício de 2021, evidenciando os esforços realizados para buscar maior atratividade e concorrência na licitação.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Pelo CAE foi solicitado à Sra. Juliana Stark, a elaboração de uma minuta de modelo de avaliação da Auditoria Independente, sugerindo como ponto de partida, as diretrizes já existentes no mercado (p. ex. IBGC), devidamente adaptadas às características próprias da CPTM. Espera-se




que as áreas envolvidas possam fazer as avaliações e que seus resultados sejam levados ao conhecimento do CAE, CONSAD e eventualmente até CODEC. Também alertou o CAE para a necessidade de agilizar a contratação de auditoria para 2021.

3.2.2 – Auditoria Interna – Relatórios e auto avaliação

a) Auto avaliação

A Sra. Juliana Stark apresentou síntese dos relatórios de auditoria finalizados e em andamento, os quais foram enviados por mensagem eletrônica para apreciação pelo CAE e apresentados ao CONSAD.

Apresentado também pela Sra. Juliana Stark o plano de ações internas para o ano de 2021, bem como o plano para atacar os itens identificados como aderentes e não aderentes.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Em relação aos relatórios de 2020, o CAE parabenizou a equipe de auditoria interna, em especial pelos ajustes efetuados para contemplar novas necessidades surgidas em virtude da pandemia de COVID-19 no ano de 2020. Adicionalmente, reforçou a necessidade de buscar constante melhoria nos relatórios de auditoria, dada sua relevância para executivos e Conselho da Companhia; espera-se que os relatórios, a partir das sugestões do CAE, ganhem maior consistência e poder informativo (em especial, para sustentar as conclusões e aprimorar o monitoramento).

Sobre a auto avaliação e plano de 2021, o CAE reforçou a necessidade de que no primeiro trimestre seja identificada qual será a porcentagem de aderência e quando será atingida a porcentagem desejada.

Solicitou, também que seja realizada uma consulta formal à CGA sobre diretrizes que possam orientar a CPTM na avaliação. Enquanto isso sugere que a avaliação continue se pautando pelas diretrizes do IA e da CGU.

Por fim, pelo CAE foi solicitado que seja identificado o ponto de partida por pilar; o caminho a ser percorrido para se chegar à meta final para 2021; o que deve ser validado junto a Diretoria, demonstrando onde está, bem como onde pretende chegar em 2021.

3.3 – Gerência de Conformidade, Controles Internos e Gestão de Riscos - Sérgio de Carvalho Júnior (GRI) Carlos Eduardo Teixeira Scheliga (DRIR)

a) Política de transação com partes relacionadas

O Sr. Sérgio Carvalho (GRI) explanou sobre a elaboração de política de transação com partes relacionadas, solicitando o auxílio do CAE para melhoria do documento.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Pelo CAE foi indicada a necessidade de tornar o formato mais claro, tratando os assuntos por capítulos, artigos, organizando os itens. Quanto ao conteúdo, o CAE indicou a necessidade de ser estabelecido um fluxo interno para avaliação das transações com as partes relacionadas da Companhia, em atendimento às condições estabelecidas em normas. O fluxo interno deve contemplar claramente as avaliações da(s) área(s) responsáveis pela transação (nível gerência), diretoria e Jurídico, antes da apreciação pelo CAE. Ressaltou o CAE que, feitas as revisões solicitadas, a política deve ser novamente submetida à análise antes de ser enviada para deliberação pelo Conselho de Administração. O CAE solicitou também um relatório sintético das transações com partes relacionadas ocorridas em



 3

2019 e 2020, para que, a partir daí, possam ser realizadas análises periódicas. Espera, ainda, receber periodicamente (mensal ou trimestral) um relatório das transações com partes relacionadas para que possa avaliar e monitorar. O relatório deve ser amigável e manter sempre o mesmo padrão.

b) Matriz de Risco

A GRI fez a apresentação do mapeamento das condições de risco de cada uma das gerências.

Pelo CAE foi ressaltado que a matriz de risco é dinâmica, viva. Nesse sentido, em algum momento a Companhia vai precisar pensar em algum software de apoio. Pelo Sergio de Carvalho foi esclarecido já estar sendo realizada a busca de construção de um termo de referência que permita verificar as condições de contratação.

O CAE indica a ser verificada a possibilidade de que os integrantes da área realizem o Treinamento EAD da Deloitte, sendo esclarecido pelo Sergio de Carvalho que no primeiro semestre será feito o treinamento dos gerentes. O CAE esclareceu sobre a possibilidade de ser feito ao menos o módulo de riscos, que seria uma forma mais premente de se conhecer a necessidade e importância da criação de matriz de risco na Companhia.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Foi sugerido pelo CAE: (i) uma pesquisa com os executivos da Companhia (diretorias e gerências) e Conselheiros, no sentido de indagar o que os preocupa de maneira que seja capaz de “tirar o sono; (ii) treinamento sobre gestão de riscos para os principais envolvidos na Companhia, de modo a dar maior consistência e agilidade ao processo de desenvolvimento da matriz de riscos e sua implementação e; (iii) atualização sobre o processo de compra de software de apoio.

3.4 – Acompanhamento orçamentário e fluxo de caixa - Diretora Gilsa Eva de Souza Costa – Diretora Administrativa e Financeira (DF) / Maria Arlete Vieira da Costa – Gerente de Finanças e Controle Orçamentário (GFF)

A Sra. Maria Arlete fez a apresentação do fluxo de caixa, demonstrando a existência de um déficit de R\$54 milhões. Informou que, para cobrir o déficit, foi conseguido crédito suplementar de R\$55 milhões.

Foi informado, ainda, que a arrecadação no mês de novembro ficou muito aquém da previsão, tendo ocorrido a entrada de R\$77 milhões em caixa. Ressaltou o fato agravante de que a Via Quatro e a Via Mobilidade ficaram com a maior participação na arrecadação (Clearing). De outro lado, fez a importante observação da ocorrência de ressarcimentos, leilão de material inservível e a ocorrência de reversão de depósitos judiciais.

Pela GFF foi esclarecido, ainda, que a prorrogação do pagamento de férias deixou de ocorrer no mês outubro, culminado em impacto no caixa.

Pela Sra. Gilsa, Diretoria Administrativa e Financeira, foi informado que o crédito que temos com o Metrô monta em aproximadamente R\$41 milhões, crédito este decorrente da participação de receitas da Clearing. Ressaltou, ainda, a realização de gestão sobre esse assunto, bem como o reporte mensal ao Conselho de Administração como solicitado pelo próprio Conselho.

 - 

O CAE questionou acerca do impacto, no fluxo de caixa, do parcelamento das ações trabalhistas em razão da correção decorrente do próprio parcelamento. Pela CPTM foi esclarecido que essa questão não estava sendo ponderada no fluxo.

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Pelo CAE foi sugerido maior controle pela área jurídica, no sentido do que se tenha maior previsibilidade dos valores a serem pagos, bem como na metodologia de análise de valores contingenciado; reforçando que a integração e o fortalecimento das informações jurídicas, financeiras e contábeis em andamento deve ser contínua. Foi sugerida, ainda, a busca pela equalização da partição de receitas nos Convênios, inclusive em âmbito de Secretaria.

3.5 – Demonstrações Contábeis - Diretora Gilsa Eva de Souza Costa – Diretora Administrativa e Financeira (DF) Ivone Ferraz Anacleto – Gerente de Controle Fiscal e Contábil (GFS) / Marli Candido Dutra – Chefe do Departamento de Contabilidade e Custos (DFSC) e Juliana Stark – Departamento de Auditoria (DRAU) - Demonstrações Contábeis

A Sra. Marli esclareceu não ter feito contextualização acerca das demonstrações patrimoniais, se debruçando tão somente sobre as despesas, observando que não houve variação significativa.

Pelo CAE restou observada a alteração de probabilidade de uma ação julgada favoravelmente a CPTM. Pela Sra. Marli foi esclarecido que não teve reflexo no balanço por decorrer de ação de envolve verba classificada como investimento (Governo e não CPTM).

Pela Sra. Marli foi apresentada atualização sobre a contratação de empresa atuária, informando que o pregão ocorrido fracassou, sendo o processo está sendo retomado, com previsão para o início de janeiro.

Perguntada sobre partes relacionadas, a Sra. Marli esclareceu que nos levantamentos realizados identificou como partes relacionadas o Metrô e a REFER

Síntese das recomendações e solicitações do CAE: Pelo CAE foi exposta a necessidade de acompanhamento de transação com partes relacionadas pela GFS, o que demandará acompanhamento mensal, bem como a necessidade de contextualização dos anos anteriores, recomendando que a GFS se aproxime da GRI para discutir a política e para participar do fluxo interno de avaliação das transações com partes relacionadas. Em relação à contratação de empresa atuária, o CAE recomenda que esta questão seja tratada como prioritária, dada a relevância do passivo atuarial da Companhia e seu impacto nas demonstrações financeiras.

4 - Pendências:

PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Detalhamento da trilha metodológica, de modo a evidenciar, entre outros aspectos, a população (totalidade), amostra selecionada, critérios de amostragem e limitações; o que deve ser feito para todos os itens avaliados	Auditoria Independente - DRAU - Juliana Stark
Apresentação do cronograma de entrega do resultado final para que se assegure que não tenha atrasos na auditoria das Demonstrações anuais e das ITRs.	Auditoria Independente - DRAU - Juliana Stark

[Assinatura]

Elaboração de uma minuta de modelo de Avaliação da Auditoria Independente	Auditoria Independente - DRAU - Juliana Stark
Consulta formal à CGA sobre diretrizes que possam orientar a CPTM na avaliação	DRAU – Juliana Stark
Relatório sintético das transações com partes relacionadas ocorridas em 2019 e 2020	GRI – Sergio de Carvalho Junior / DFSC – Marli Cândido Dutra
Atualização sobre o processo de compra de software de apoio	GRI – Sergio de Carvalho Junior

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


 ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
 Coordenadora


 AFONSO ANTONIO HENNEL
 Membro


 SILVERIO CRESTANA
 Membro


 CAROLINA VILELA SANTORO DE
 CASTRO VIANNA JACOB
 Secretária